

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**MIGUEL STROHSCHOEN**

**PERCEPÇÃO DE PRODUTORES RURAIS SOBRE OS PROCESSOS DE  
LEGALIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS RURAIS  
FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS**

**Três de Maio**

**2022**

**MIGUEL STROHSCHOEN**

**PERCEPÇÃO DE PRODUTORES RURAIS SOBRE OS PROCESSOS DE  
LEGALIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS RURAIS  
FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Maycon NoreMBERG Schubert

Coorientador: Prof. Me. Vinícius Jean Barth

**Três de Maio**

**2022**

**MIGUEL STROHSCHOEN**

**PERCEPÇÃO DE PRODUTORES RURAIS SOBRE OS PROCESSOS DE  
LEGALIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS RURAIS  
FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Três de Maio, 11 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Maycon NoreMBERG Schubert – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dra. Alessandra Matte – Avaliadora  
UTFPR

---

Prof. Me. Anderson Sartorelli – Avaliador  
UFFS

À luz da vida!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço acima de tudo a Deus, pela proteção e por iluminar meu caminho nesta jornada. E por Ele, agradeço pelas pessoas maravilhosas que tenho a oportunidade de ter ao meu lado. Assim sou grato por meu pai Seu Nelso e minha mãe Dona Nelsi, pois cada um, da melhor maneira que puderam, transmitiram os valores fundamentais para viver neste mundo. Uma riqueza que me fez caminhar em retidão e sempre em frente, buscando fazer o melhor para todos.

A minha companheira Simone, pelos anos de apoio e pela paciência quando o tempo foi direcionado aos estudos e trabalhos acadêmicos. Aos amigos que ficaram em segundo plano. Aos colegas do Plageder, pela confiança e até pelas boas discussões, que floresceram e revelaram bons frutos e crescimento profissional e pessoal.

Grato pela UFRGS, em especial a meu orientador Prof. Maycon N. Schubert e meu coorientador Vinícius J. Barth, pela dedicação, paciência e incansável busca em aprimorar meus conhecimentos, em nome deles agradeço a todos os professores do Plageder, pelas experiências proporcionadas. Pois evoluir requer transgredir barreiras.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo diagnosticar a complexidade para a formalização das agroindústrias, segundo a percepção dos produtores familiares do município de Santa Rosa. Para tanto, adotou-se uma metodologia de pesquisa que primeiramente investigou o cenário do desenvolvimento local, construindo o histórico do objeto de estudo e a evolução da regulamentação sanitária pertinente à produção de alimentos. Com base na revisão teórica e a proximidade empírica do autor com os produtores, foi aplicado um questionário para obter dados das Unidades de Produção Familiar – UPF. A partir destes dados foi possível estabelecer a importância econômica dos processos agroindustriais para a renda familiar, o grau de domínio das UPF's referente aos trâmites de formalização legal e ainda ranquear os entraves para o desenvolvimento dos sistemas de produção. Evidencia-se a demanda dos produtores referente ao acesso a recursos financeiros necessários para adequação sanitária e a disponibilidade de mão de obra para o desenvolvimento das atividades agroindustriais. Este trabalho pode contribuir para a formação de políticas públicas voltadas a modernizar a gestão da propriedade rural, produzir mais renda e valor para o trabalho no campo.

**Palavras-chave:** Agroindústria familiar, produção familiar, formalização

## ABSTRACT

The present work aims to diagnose the complexity for the formalization of agro-industries, according to the perception of family-labor based producers in the municipality of Santa Rosa. To this end, a research methodology was adopted that firstly investigated the scenario of local development, building the history of the object of study and the evolution of relevant sanitary regulations to the food production. Based on the theoretical review and the empirical proximity of the author with the producers, a questionnaire was applied to obtain data from the Family Production Units - UPF. From these data, it was possible to establish the economic importance of agro-industrial processes for the family income, the degree of mastery of the UPF's regarding the legal formalization procedures and, furthermore, rank the obstacles to the development of production systems. There is evidence of demand from producers regarding access to the financial resources necessary for sanitary adequacy and the availability of labor for the development of agro-industrial activities. This work can contribute to the formation of public policies aimed at modernizing rural property management, producing more income and value for work in the countryside.

**Keywords:** Family agroindustry, family production, formalization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Imagem do Mercado Público Eclair Moraginski de Santa Rosa .....	11
Figura 2 - Perfil dos produtos comercializados no Mercado Público .....	18
Figura 3 - Representatividade Econômica dos Produtos Processados .....	19
Figura 4 - Representatividade Econômica dos Produtos Primários .....	20
Figura 5 - Número de produtores que conhecem os trâmites públicos .....	22
Figura 6 - Grau de dificuldade para os trâmites de regularização fiscal .....	23
Figura 7 - Grau de dificuldade para os trâmites de regularização sanitária .....	24
Figura 8 - Grau de dificuldade para os trâmites de regularização ambiental .....	24
Figura 9 - Grau de dificuldade percebida pelas UPF's .....	26
Figura 10 - Grau de conhecimento sobre financiamentos agroindustriais .....	27

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
1.2 OBJETIVO GERAL	6
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
1.4 JUSTIFICATIVA	7
1.5 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	7
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>9</b>
2.1 LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE ALIMENTOS	14
<b>3 CENÁRIO DOS PROCESSOS DE FORMALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO</b>	<b>16</b>
3.1 PROCESSAMENTO AGROINDUSTRIAL NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL	17
3.2 REPRESENTATIVIDADE ECONÔMICA	18
<b>4 DIAGNÓSTICO DOS PRODUTORES SOBRE A FORMALIZAÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>32</b>
<b>APENDICE A - QUESTIONÁRIO DA PERCEPÇÃO SOBRE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Alguns estudos têm apresentado a importância do processo de agroindustrialização para o desenvolvimento rural, conforme Niederle e Wesz (2009), que indicam ser um instrumento ainda tem um potencial de estimular a diversificação dos meios de vida no rural e constituir certa autonomia comercial destes produtores, cujo fato gera uma perspectiva positiva no entorno da sua região rural.

Wesz, Lovois e Filippi (2009), apresentam um panorama herdado pela internacionalização da agricultura a partir dos anos 1980, justificando que a redução do número de pequenas propriedades, e aquelas que não se adaptaram ao processo de globalização, encontraram na agroindustrialização e na venda direta, um potencial de agregação de renda à pequena propriedade rural.

Com a premissa de identificar as problemáticas das agroindústrias, foi publicado por Rocha e Leismann (2017), um compilado de análises levantadas por outras pesquisas sobre o tema, conectando desenvolvimento e agroindustrialização. Nesse contexto, os autores apresentam um mapeamento dos riscos inerentes às agroindústrias de modo geral. Assim, Rocha e Leismann (2017, p.71) reúnem conceitos que definem o risco das atividades como incertezas ou “perdas indesejadas” que podem ser financeiras, culturais e até sociais. Na mesma pesquisa os autores também apontam como os principais riscos para atividade agrícola: a dependência aos fatores climáticos, condições mercadológicas e a organização de toda a cadeia produtiva de modo geral, somando-se a infraestrutura pública e política de apoio e o subsídio às agroindústrias familiares. Entre outros fatores, a capacidade de gerenciamento do produtor é elencada nas pesquisas de Censi (2007) e de Lourenzani (2006), como um fator determinante no desenvolvimento da UPA, sendo decisivo frente ao sucesso dos empreendimentos.

Apresentando uma sequência de sugestões para “a mitigação” destes riscos, conforme Rocha e Leismann (2017, p.65), que também indicam formas de proteção distintas às agroindústrias, como organização coletiva, condições facilitadas de acesso ao crédito com seguro e assistência técnica especializada. Tais sugestões tem a finalidade de fomentar as demandas ambientais, sociais e gerenciais dos produtores, especialmente para aquelas famílias que menos acessam a assistência técnica, entretanto são estas as mais necessitadas desse tipo de suporte.

Observa-se que a abordagem acerca da reprodução agroindustrial está presente em diversos estudos já realizados. Enfatizando que o modelo de externalização, conforme

Niederle e Wesz (2009), que foi institucionalizado até o momento está atingindo o colapso, uma vez que tornou os agricultores dependentes de fatores exógenos da propriedade rural, como aos insumos, financiamentos e tecnologias de produção adequados ao mercado global, deste modo necessitando adequação do modelo produtivo de industrialização e comercialização. Entre eles, Hahn *et al.* (2017), retrata além da perspectiva econômica, a valorização e o respeito conquistado pelo trabalho do homem no campo. Esse retrato de Hahn *et al.* (2017) vai ao encontro com a pesquisa de Niederle e Wesz (2009), enfatizando a importância do processo agroindustrial para as pequenas propriedades rurais, comprovando que há ganhos de renda e de melhoria na qualidade de vida entre aqueles produtores que adequaram suas propriedades para a produção comercial.

Adiciona-se ainda a experiência empírica do autor, extraída do contato rotineiro com agricultores e agroindústrias. Um vínculo estabelecido devido às atividades profissionais do pesquisador junto à Prefeitura Municipal de Santa Rosa, onde atua como Técnico Agrícola na Secretaria de Agricultura do município, e realiza atividades diretas no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), departamento responsável pela fiscalização dos empreendimentos de produção de produtos de origem animal. Ainda, atua paralelamente no fomento de novas agroindústrias de vários segmentos, participa da organização do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura (PAA) e na colaboração da organização do Encontro Estadual de Hortigranjeiros. Essas atividades permitem o contato mais próximo com inúmeros atores envolvidos na agricultura familiar e de agroindústrias familiares rurais. Nesse sentido, percebe-se que há certa dificuldade em promover no município de Santa Rosa e em toda região uma cultura fortalecida de formalização dos empreendimentos agroindustriais, sobressaindo muitas produções informais e que limitam a capilaridade dos produtos no mercado.

As políticas públicas existentes ainda não estão conseguindo corresponder completamente à problemática da formalização dos pequenos empreendimentos agroindustriais. Tal fato gera preocupação quanto ao ciclo de desenvolvimento econômico e cultural no meio rural, pois a diversidade está sendo apagada pelo êxodo rural e o consequente domínio do latifúndio e das monoculturas, os quais se dedicam prioritariamente à produção de *commodities* para as grandes cadeias industriais, negligenciando a produção de alimentos diversos e a reprodução da cultura local.

No momento da realização desta pesquisa o município de Santa Rosa conta com 25 agroindústrias cadastradas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf, 2022), sendo classificado como o segundo município do estado em número de agroindústrias

oficialmente registradas, mesmo assim, configurando uma baixa adesão, frente ao potencial número de consumidores e de agroindústrias.

Todavia, é intrigante a dificuldade das pequenas propriedades onde já existe alguma produção artesanal, ou naquelas com potencial agroindustrial, para aderir ao processo de formalização. Para identificar qual seria o impedimento para estas unidades de produção buscarem uma legalização fiscal, ambiental e ou sanitária para seus estabelecimentos, esta pesquisa se propôs a responder a questão: Quais são os principais desafios, obstáculos ou deficiências que limitam o desenvolvimento de atividades agroindustriais para diversificação das unidades de produção?

Ao realizar um recorte regional, abrangendo alguns produtores do município de Santa Rosa – RS, busca-se apontar, analisar e ranquear as questões, identificadas por eles, como as mais restritivas para enfrentar a temática da formalidade, sendo sanitária, fiscal ou ambiental dentro das Unidades de Produção Familiar - UPF's.

Há recorrentes mudanças nas legislações, que vêm propondo posições mais rígidas nos autocontroles básicos. Entretanto, os legisladores e fiscais alegam estarem mais flexíveis e acessíveis ao embarque de novos pequenos empreendimentos. Justaposto a elas é importante verificar a percepção dos produtores que podem ser beneficiados por essas políticas 'renovadas', sendo crucial para uma análise referente ao real interesse destes produtores do município. Além de permitir a identificação e o ranqueamento das principais dificuldades apontadas por estes produtores para desenvolver um processo de formalização da produção agroindustrial.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Diagnosticar a complexidade dos processos de formalização e legalização percebida pelas agroindústrias familiares no município de Santa Rosa- RS.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Identificar entre os agricultores familiares do Mercado Público Municipal, quantos efetuam algum tipo de processamento agroindustrial;
- 2) Elencar a representatividade econômica da atividade de agroindústria familiar para o orçamento doméstico;

3) Elencar, através da indicação dos produtores, as variáveis mais limitantes ao desenvolvimento da formalização de uma agroindústria.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

As respostas a essas questões visam trazer dados reais, referente às perspectivas entre os produtores rurais, sobre os aspectos da agroindustrialização no âmbito de desenvolvimento no seu meio de vida, principalmente aos produtores de Santa Rosa e em especial os envolvidos na produção e comercialização no Mercado Público Municipal.

Assim, a partir dos dados coletados, foi possível construir um panorama sobre a situação dessas famílias frente às atividades agroindustriais que exercem. Disponibilizar esses dados para fomentar planos políticos e econômicos, que abrangem as demandas e facilitem o desenvolvimento rural no município. Portanto, este trabalho busca responder, a partir do foco da percepção dos produtores, uma questão sobre a temática da agricultura familiar e da agroindustrialização no município de Santa Rosa. Quais são os principais desafios, obstáculos ou deficiências que limitam o desenvolvimento de atividades agroindustriais para diversificação das unidades de produção?

#### 1.5 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Para construção deste trabalho, se iniciou uma pesquisa prévia para descrever a evolução histórica da região de Santa Rosa. Conectando as fases da colonização com o desenvolvimento agroindustrial da região, passando pelo panorama que motivou a criação do Mercado Público de Santa Rosa.

A partir do capítulo dois, da revisão de literatura, foi possível esclarecer a importância econômico social dos processos agroindustriais no desenvolvimento do território. Os impactos positivos que geram e a reestruturação que provém com a expansão agroindustrial.

Na segunda parte do capítulo dois, o texto apresenta um histórico sobre as questões sanitárias pertinentes aos estabelecimentos produtores de alimentos, as diferentes esferas de atuação da fiscalização legalmente estabelecidas e os enquadramentos para cada tipo de estabelecimento industrial.

Dando sequência ao trabalho, no capítulo três são apresentados os dados que foram coletados a campo, correspondentes ao questionário aplicado. Esta seção está dividida em duas partes, sendo primeiramente identificados os principais produtos negociados pelas

unidades familiares. Na segunda sub seção são apresentadas as perspectivas dos agricultores entrevistados, quanto à percepção econômica sobre o processamento que é realizado e comercializado.

No capítulo quatro se descreve o grau de dificuldade que os atores entrevistados percebem ao se deparar com trâmites legais inerentes aos seus estabelecimentos. Ainda apresenta os números do ranqueamento da pesquisa, apontando o entrave que mais obstrui o desenvolvimento agroindustrial, segundo os entrevistados. Por fim, é apresentada uma análise empírica da realidade capturada pela pesquisa.

Nas considerações finais são confrontados os dados com a revisão de literatura realizada. Indica algumas lacunas, que podem ser preenchidas a partir da abordagem simples pelo extensionista rural e outra lacuna mais complexa, que necessita de um estudo mais aprofundado e um conjunto de ações para uma solução efetiva no longo prazo.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A partir da experiência empírica do pesquisador, tanto de fiscalização como de fomento às novas agroindústrias, desperta uma percepção quanto à necessidade de ampliar a gama de estabelecimentos legalmente registrados no município de Santa Rosa. Desta forma partiu-se na busca por literaturas que retratam a história da região e do município, para compreender o contexto do desenvolvimento histórico local. Focando, especialmente, no desenvolvimento da agricultura e na evolução dos centros urbanos. Chegou-se aos textos abaixo referenciados, orientado pela busca virtual por palavras chave como: desenvolvimento agroindustrial de Santa Rosa, diversificação dos sistemas produtivos, hortigranjeiros e vigilância sanitária. Portanto, foram realizadas buscas por publicações no catálogo de bibliotecas online “Sabi”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), assim como no “Repositório Digital Lume”. Desta forma, a partir de citações apontadas na revisão da literatura, foram conduzidas buscas em sites institucionais, para conferência e atualização dos dados.

Para elucidar os dados pesquisados foram seguidas algumas técnicas, com a finalidade de confirmar e, conforme Gerhardt, *et. al.* (2009, p.69), dar “validez, confiabilidade e precisão” ao estudo. Nesse sentido foi aplicada uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) para desenvolver o estudo.

Sendo que a pesquisa com abordagem quantitativa é de natureza aplicada e com caráter exploratório, trazendo resultados obtidos por uma amostra não probabilística. Nesse sentido se obteve dados através de revisão bibliográfica e principalmente por meio da aplicação de um questionário entre os atores que compõem o recorte do estudo.

Segundo Silveira e Córdova (2009), a abordagem quantitativa busca mensurar atributos da experiência humana, de forma dedutiva e por regras lógicas. Porém a temática deste estudo requer uma análise qualitativa, uma vez que se objetiva responder à questão central do tema, que denota as ‘percepções’ dos sujeitos estudados quanto à realidade social do meio onde se encontram.

Entretanto tal dicotomia é prevista por Silveira e Córdova (2009, p.34), quando defendem que “[...]os elementos fortes de um complementam as fraquezas do outro[...]”, se referindo a utilização aliada dos dois métodos de pesquisa. Pois, “[...]perguntas de pesquisa frequentemente são multifacetadas[...]” (GÜNTHER, 2006, p.207), sendo justificável tanto o uso da abordagem quantitativa como a qualitativa. No mesmo sentido, Günther enfatiza a

importância de se chegar a um resultado de fato, para que este contribua no entendimento da realidade estudada e possibilitando gerar melhorias a sociedade.

Nesta seção são apresentados alguns aspectos sobre o contexto do tema deste estudo. Abrangendo um breve histórico do desenvolvimento da região onde se localiza o objeto empírico, assim como algumas teorias já apresentadas por outros autores acerca da temática que envolve o processo de desenvolvimento rural, principalmente com foco na agricultura familiar na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Durante o processo de colonização da região, a partir de 1824, vieram muitos imigrantes europeus das colônias velhas ou diretamente da Europa, e segundo Christensen (2008), aqui se somaram aos caboclos ou povos das matas. Com a emancipação de Santa Rosa - RS em 1931, quando o povoado já contava com 35 mil habitantes, ingressaram alguns negros vindos com a fixação do quartel militar e a construção da ferrovia.

O crescimento populacional gerado por esse movimento migratório, logo foi impactado pelo surgimento da 'Revolução Verde', tendo como efeitos a mecanização da exploração agrícola, o difundido uso de fertilizantes e agroquímicos que potencializaram expansão das áreas de terras cultivadas, devido à valorização das *commodities* agrícolas em geral, percebidos a partir da década de 70.

No cenário de expansão da agricultura familiar, através da produção de *commodities*, também se efetivou um movimento acentuado da urbanização na região, devido às políticas públicas favorecendo a emancipação dos muitos povoados que se formavam. Fato que também gerou uma demanda de mão de obra nestes centros urbanos que se multiplicaram em toda grande região, configurando uma espécie de rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si.

Entretanto, muitas famílias não se adaptaram a essa mudança estabelecida na agricultura, e logo não conseguiam mais produzir e acompanhar o ritmo e o estilo de produção disseminado pelo contexto mercadológico, estimulando-as a abandonar o campo. Uma das alternativas de permanência dos produtores abrange a produção familiar de hortaliças e frutas. Existem registros históricos que expõem o início da organização de uma feira livre municipal de produtos artesanais acontecendo com apenas oito integrantes, que data de 1983 (HORTIGRANJEIROS, 2019).

Estes produtores de hortaliças, produtos artesanais e artesanatos rurais ganharam força e representatividade. Sendo que em 1983 foi organizado pelo Município de Santa Rosa em conjunto com a Emater, a então denominada 1ª Mostra de Produtos Caseiros e Artesanato Rural (HORTIGRANJEIROS, 2019). Esse foi o pontapé inicial para a criação de um espaço

exclusivo para a venda de alimentos diretamente dos produtores aos consumidores, conforme dados do site da feira, atualmente denominado Encontro Estadual de Hortigranjeiros. Os relatos contabilizam que decorridos quatro anos de feira, a produção de hortifrutigranjeiros passou a atender de 6% para 60% da demanda do município, passando a envolver de 8 para 35 produtores familiares nessa produção (HORTIGRANJEIROS, 2019).

Figura 1: Imagem do Mercado Público Eclair Moraginski de Santa Rosa



Fonte: site hortigranjeiros (2022)

Segundo relatos obtidos em conversas informais, e o testemunho de outros técnicos da Secretaria de Agricultura do município, e ainda de alguns dos feirantes mais antigos do Mercado Público, muitas famílias, desde aquela época, vêm dedicando a maior parte de suas atividades rurais à produção de hortaliças e frutas. Assim, algo que era inicialmente uma fonte de renda complementar ou de diversificação do sistema produtivo da UPA, passou gradativamente a ser a principal fonte de renda das famílias participantes dessas famílias.

Analisando a classificação da região pelo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE, conforme aponta o banco de dados “[...]que avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à educação, à renda e à saúde[...]” (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE, 2016). A região da “Fronteira noroeste”, onde se encaixa a microrregional de Santa Rosa, demonstra estar na sétima colocação no índice do estado, ficando numa média de 0,774 (FEE, 2016), considerando 0-ruim e 1-bom. Nesse sentido, se estabelece uma nova percepção do status social entre os pequenos produtores de hortifrutigranjeiros, um status de pertencimento e valorização dos seus produtos e do seu trabalho na agricultura.

Para Hahn *et al.* (2017), o desenvolvimento rural engloba algumas características além do próprio agricultor, depende do respeito ao trabalho no campo e sua liberdade quanto às suas crenças e costumes, para buscar uma qualidade de vida a ele desejável. Esse conceito da autora justifica e valida a motivação dos pequenos produtores ao perceber certo ganho de status. Nesse contexto, a autora considera que a mescla entre os atores locais e das características que envolvem os ciclos de desenvolvimento, apontam o sistema de agroindustrialização familiar como uma alternativa eficaz para o processo de desenvolvimento da sociedade como um todo. Sendo que o processo de ocupação do espaço, colonização e expansão emerge da necessidade humana de manutenção da sua vida e de socialização.

O estudo de Niederle e Wesz (2009) constata que até os anos 1940, predomina na macrorregião basicamente a exploração da agricultura de subsistência, havendo uma pequena agroindustrialização apenas para consumo interno das famílias, onde apenas os excedentes são comercializados, principalmente os produtos '*in natura*'. O mesmo estudo revela que o sistema de produção vigente entra em crise, principalmente quando diminui a oferta de terras férteis. Somando-se a uma progressiva "minifundização" (GAZOLLA, 2004, p.20 e 58) das propriedades agrícolas, devido às partilhas das terras entre os vários herdeiros nas famílias.

Essa crise foi superada a partir dos anos 1960, quando as políticas mundiais buscavam novas alternativas de desenvolvimento econômico, fato que estimulou a ação do estado brasileiro em prol de programas para intensificar a produção de *commodities* de agregado valor no mercado internacional, como trigo e soja (NIEDERLE e WESZ, 2009). A partir desse período de intensificação tecnológica, também conhecida como Revolução Verde, a agricultura familiar como um todo ficou dependente de uma cadeia mercadológica que vem dominando o agronegócio.

Embora haja incrementos positivos por esse sistema de produção agrícola, caminha-se para uma crise desse modelo agrícola. Todavia, vários estudos apontam que a diversificação produtiva e a agroindustrialização têm importância fundamental para o desenvolvimento rural (NIEDERLE e WESZ, 2009; WESZ, LOVOIS e FILIPPI, 2009; HAHN *et al.* 2017; RECKZIEGEL e LEISMANN, 2017), especialmente entre as regiões de predominância da agricultura familiar.

Nos anos seguintes da década de 1970 e 1980 os reflexos da influência de políticas públicas proporcionando intensificação do monocultivo, formaram muitas organizações e empreendimentos voltados a atender as demandas dos agricultores acerca da especialização produtiva e a dependência a insumos exógenos. Gazolla (2004) considera que este desfoque

causado pela mercantilização é proveniente de um processo histórico, onde a prioridade é a produção para venda. Mas concorda que haja diferenças de amplitude da mercantilização sobre as unidades produtivas.

Esses vários autores concordam que a diversificação produtiva e a agroindustrialização são caminhos indispensáveis para o desenvolvimento rural, especialmente focando a agricultura familiar. Todavia, através do processo de agroindustrialização familiar, são geradas novas relações entre a unidade produtiva e a sociedade. Nesse contexto vale lembrar que há um caminho a ser percorrido, para formalizar as relações de um empreendimento agroindustrial com o seu público consumidor. Apesar da evolução dos sistemas agroindustriais, muitos produtores observam que há dificuldades impostas legalmente, que impedem o acesso deles ao mercado tradicional.

Todavia, o processo de agroindustrialização, com foco comercial, requer o cumprimento de algumas normas sanitárias, fiscais e ambientais, neste sentido Hahn *et al.* (2017) e Niederle e Wesz (2009) assim como outros pesquisadores, concordam que a produção informal estabelece um certo limite de abrangência e crescimento da produção. A entrada da pequena agroindústria familiar nos grandes mercados é possível, porém os produtores geralmente não conseguem atender as regularizações estabelecidas pelos órgãos fiscais. Os autores concordam que a legislação ainda está focada para empreendimentos maiores, que já detêm um conhecimento técnico, certa capacidade de investimentos e já atuam largamente no mercado. Esses fatores justamente se desencontram com a realidade da maioria dos pequenos produtores, que buscam na agroindustrialização uma forma de diversificação produtiva, inclusão social e melhoria na qualidade de vida.

Para Hahn *et al.* (2017) o processo de formalização deve ser gradativo, e apresenta as diferentes esferas que englobam o termo e que necessariamente devem estar contempladas para a legalização dos empreendimentos, como a regularização sanitária, licenciamento ambiental e regularização fiscal. Segundo essa autora, através do cumprimento dos regulamentos, a agroindústria poderá perceber vantagens, para o próprio empreendimento e aos seus clientes.

A formalização, de certa forma, coloca a agroindústria no mapa, e assim, possibilita o acesso a mais consumidores, eleva o giro de caixa e a capacidade de crédito, repassa ao consumidor a garantia sobre a preocupação quanto a qualidade ambiental e sanitária no desenvolvimento de suas atividades. Através da forma legal frutificam também ganhos sociais no entorno do empreendimento, através da venda direta aos consumidores, a pequenas mercearias, na agregação de valor às rotas turísticas locais. Neste sentido, Niederle e Wesz

(2009) descrevem tais características como ativos que fortalecem o capital social, formando redes de relacionamentos.

São fatores que remetem ao pequeno produtor a satisfação de pertencimento social. Porém, Gazolla (2004) justifica que há diferenciação social entre estes produtores, que pode estar baseado principalmente quanto a influência de fatores externos e ou fatores internos das propriedades. Sendo que a fatores externos entendem-se políticas públicas, apoio de organizações e do mercado. Quanto aos fatores internos, estão relacionados ao tamanho das propriedades, tipo de solo, sistema produtivo, o número de dependentes, etc.

Neste ponto, é possível relacionar o estudo de Thies e Conterato (2014), na pesquisa realizada junto à Cooperativa Mista Agropecuária e Economia Solidária (COOPERSOL) de Santa Rosa, abrangendo os demais associados mais próximos. Os autores concluíram que a participação dos produtores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fortalece os vínculos mercantis, e assim abrindo também possibilidades de fortalecimento e de ingresso a novos canais de comercialização para a maioria dos atores entrevistados (THIES E CONTERATO, 2014), referindo se ao PNAE.

A diversificação, que por meio da agroindustrialização, tem fundamental relevância no desenvolvimento da agricultura familiar, assim como a legalização deste sistema de produção diversificado, para incluir tais unidades de produção no circuito mercadológico formal e garantir o real impacto positivo na qualidade de vida destas famílias. Doravante os estudos referenciados apresentam dados amplos da região do Alto Uruguai (GAZOLLA, 2004), Região Missões (NIEDERLE e WESZ, 2009), Santo Ângelo (HAHN, 2017), com as características regionais sendo muito semelhantes, busca-se na íntegra, identificar e analisar a percepção dos produtores quanto aos fatores internos e externos enfrentados pelas famílias de Santa Rosa, e que afetam a tomada de decisão e o gerenciamento das atividades produtivas, com foco no processamento agroindustrial familiar.

## 2.1 LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE ALIMENTOS

Segundo Niederle e Wesz (2018), o processamento de alimentos existe antes do início da colonização portuguesa, sendo originário dos indígenas, que já adotaram certos procedimentos para produzir farinhas e bebidas fermentadas. O processamento de produtos tomou força durante o processo de colonização, assim como a crescente preocupação com o controle de qualidade sobre os produtos, no viés de manter a sanidade dos produtos e estabelecimentos. Nesse sentido foi criada, “pelo decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850, a

Junta de Higiene Pública” (CABRAL, 2014). Assim, a partir deste momento ocorre o acompanhamento e controle sanitário da movimentação de cargas, alimentos e doenças no Brasil.

Atualmente as questões sanitárias são atribuídas à ANVISA, sendo instituído pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que assim “Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.” (BRASIL, 1999). É regulamentado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999. que no seu “Art. 4º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.” (BRASIL, 1999). Nesse sentido, abrangendo também a fabricação, manipulação, transporte e comercialização de alimentos, conforme item: “II - alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;”. (BRASIL, 1999).

Vale salientar que, para fins de fiscalização, ocorre uma segmentação conforme a origem da matéria prima, sendo distintas em dois principais grupos: alimentos de origem vegetal e de origem animal. Neste sentido se classificam os produtos de origem vegetal como farináceos, chimias, hortaliças minimamente processadas, cereais, conservas, etc. São alimentos submetidos a registro e fiscalização pela ANVISA, geralmente executada pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais.

Por outro lado, produtos denominados de origem animal como carnes, peixes, ovos, mel e os derivados, assim como todos os subprodutos oriundos dessas matérias primas, estão sujeitas à registro e fiscalização por órgãos regulamentados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, o qual regulamenta os parâmetros de produção e comercialização a nível nacional e internacional, conforme:

Art. 2º A inspeção e a fiscalização de estabelecimentos de produtos de origem animal que realizem o comércio interestadual ou internacional, de que trata este Decreto, são de competência do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA e do Serviço de Inspeção Federal - SIF, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (BRASIL, 2017).

No mesmo sentido são delegados aos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA, dos entes federados. Cabe ao Departamento de Inspeção e Alimentos de Origem Animal - DIPOA dos estados quando o produto é comercializado apenas dentro do território estadual. Ou ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, se for produtos destinados apenas para comércio municipal, conforme o texto dado pelo Art. 3º do Decreto Nº 9.013, de 29 de março de 2017 (BRASIL, 2017).

### 3 CENÁRIO DOS PROCESSOS DE FORMALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO

O campo de estudo focou nos produtores familiares do município de Santa Rosa, no noroeste do Rio Grande do Sul. Sendo através da aplicação de um questionário a campo, para obtenção dos dados reais para análise. O questionário piloto foi testado primeiramente com um estabelecimento, e, após alguns ajustes, ocorreu a aplicação para os demais produtores comerciantes do mercado público de Santa Rosa.

Os sujeitos do estudo são os produtores familiares do município de Santa Rosa – RS, especialmente as unidades de produção que já fazem uso de algum sistema diversificado de produção, nesse caso considerados os produtores de hortaliças, frutas, chás, flores e outros, assim como produtos processados como farináceos, doces, embutidos cárneos entre outros. Para garantir a aplicabilidade e a imparcialidade da pesquisa, foram convidados todos os participantes do Mercado Público Municipal de Santa Rosa para preencherem um questionário (APENDICE A).

A escolha deste local é justificada por concentrar o maior número de sujeitos com as características intrínsecas ao estudo, somando cerca de 30 Unidades de Produção Familiar - UPF, justificando uma escolha apropriada. A principal ferramenta de coleta de dados foi por meio da elaboração e aplicação de um questionário por meio da ferramenta *on line* no *Google forms*, junto aos agricultores familiares do Mercado Público de Santa Rosa. As questões buscaram respostas diretamente dos agricultores sobre a problemática proposta. Objetivando trazer dados quantitativos que serviram de base na elaboração de uma análise representativa da realidade local, respeitando a ótica dos sujeitos da agricultura familiar. Para dar fidedignidade às respostas e assim estruturar gráficos e dados quantitativos, foi elaborado um questionário contendo onze perguntas, com algumas questões fechadas de múltipla escolha e algumas mistas, para identificar a problemática mais imbricada no contexto dos atores investigados. Entretanto, obteve-se 16 respostas ao questionário, representando uma amostra de mais de 53% da população estudada, assim classificando uma amostra não probabilística.

Não houve pesquisa de distinção entre produtores legalmente formalizados e aqueles não formalizados, portanto pode haver respostas de ambos os produtores entre os dados apresentados. Vale salientar que a pesquisa não buscou identificar e separar os dados dos estabelecimentos formalizados dos não formalizados, por considerar que a atuação como agente fiscal do autor poderia interferir nas respostas dos entrevistados se fosse incorrida uma questão referente ao estatus formal dos estabelecimentos entrevistados.

A partir da coleta de dados, usando a mesma ferramenta do *Google forms*, foi possível reunir os resultados obtidos através do questionário, o que resultou na construção de gráficos, expondo de maneira mais didática e dinâmica os resultados obtidos.

Segundo a visão de Silveira, Córdova e Bueno (2009) no quesito que tange a ética nos trabalhos científicos, referem-se ao caráter de discernimento do bem e do mal. Nesse contexto, se esclarece que houve total consideração em manter sigilosa a identidade dos sujeitos pesquisados, assim como inferir o questionário de forma absolutamente voluntária aos atores envolvidos, mesmo provocando uma redução no número da amostragem.

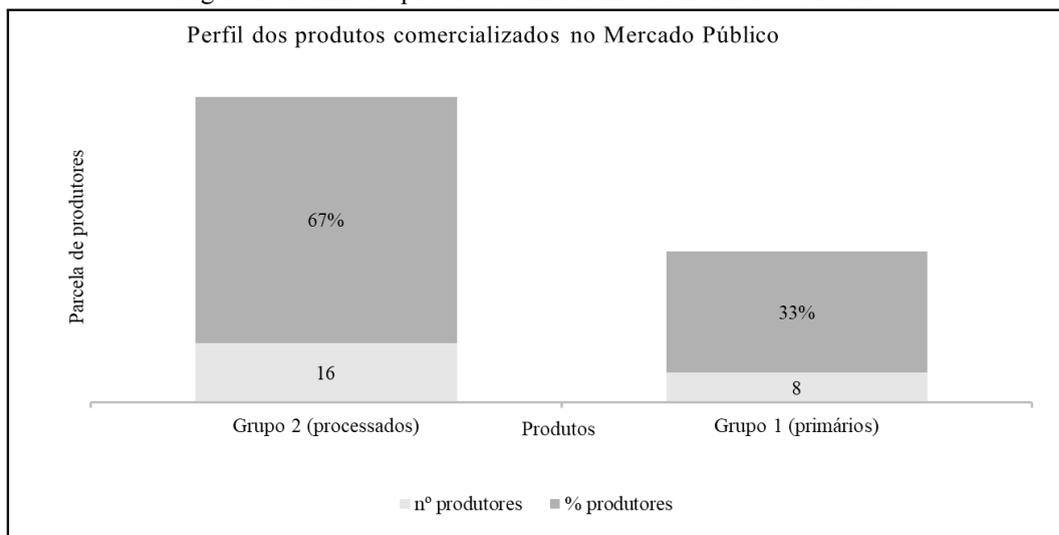
No mesmo sentido, a pesquisa no campo bibliográfico, documental e eletrônico visa dar total crédito aos reais autores das ideias já apresentadas. Citando as contribuições já fundamentadas em outros trabalhos, assim como identificando seu respectivo autor, ano e a publicação pela qual se teve acesso à informação.

Todavia, como se trata de uma pesquisa aplicada, a geração dos dados tem caráter de contribuir para a compreensão do cenário social da agricultura familiar do município, sendo de interesse público, poderá ser utilizada como referência para desenvolvimento de pesquisas mais específicas e aprofundadas ‘*a posteriori*’.

### 3.1 PROCESSAMENTO AGROINDUSTRIAL NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Os dados são oriundos das respostas dos atores questionados, aqui consideramos uma resposta por Unidades de Produção Familiar - UPF. Assim, constatou-se a venda de 27 tipos de produtos, os quais foram classificados em dois grupos principais: Grupo 1 (primários): hortaliças, frutas, chás, aipim, amendoim, feijão; Grupo 2 (processados): Farináceos, doces e conservas, polpas e sucos ou derivados cárneos. Entre os produtos comercializados pelos entrevistados, 16 configuram produtos processados e 8 produtos primários, sendo que um número não identificado de UPF's comercializa ambos os produtos. Portanto, das 16 UPF's pelo menos a metade vende produtos primários e processados. Conforme representado na figura 2.

Figura 2 - Perfil dos produtos comercializados no Mercado Público



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2022)

Comparando com as demais pesquisas já descritas por outros atores na revisão teórica, como: Hahn *et al.* (2017), Niederle e Wesz (2009), Wesz, Trentin e Filippi (2009), Rocha e Leismann (2017), verifica-se que há uma continuidade do perfil de produção e comercialização regional de produtos agroindustriais, também no Mercado Público de Santa Rosa. Conforme constatado no local, é possível afirmar que a maioria dos produtos são tipicamente regionais, e especialmente heranças da colonização europeia predominante no município. Esta herança cultural justifica boa parte da concentração de produtos do Grupo 2 como pães, cucas, chimias, linguiças, embutidos, sucos e conservas em comercialização.

Conhecendo a predominância das atividades agroindustriais nas UPF's, foi possível mapear alguns fatores econômicos que representam a realidade dos produtores estudados.

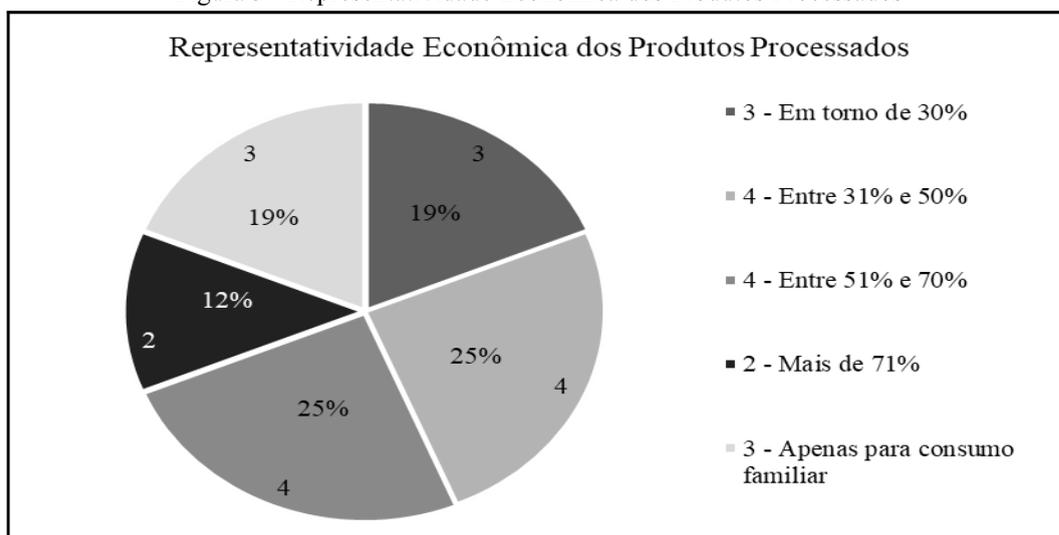
### 3.2 REPRESENTATIVIDADE ECONÔMICA

Conforme apontado pela revisão teórica, a produção agroindustrial tem grande participação no cotidiano dos produtores familiares. Mantendo o desenvolvimento econômico e cultural dos afazeres regionais. Quando perguntados sobre as atividades de processamento, os 16 respondentes confirmaram realizar alguma atividade.

Sendo que deste total, 3 unidades responderam realizar processamento apenas para consumo familiar. Outros 3 declaram comercializar parte da produção, sendo esta responsável de aproximadamente 30% do faturamento da UPF. Se verificados os valores que representam de 31% a 70% do faturamento nas UPF's somamos uma maioria de 8 UPF's, e entre estes a venda de produtos processados representa entre 31% até 50% do faturamento para 4 UPF's e

representa de 50% até 70% da renda familiar nas outras 4 UPF's. A pesquisa ainda aponta que em mais de 12% dos entrevistados (2UPF's) a comercialização de produtos processados (Grupo 2) representa a maior parte da renda do estabelecimento, compondo no total mais de 71% do faturamento da UPF, conforme representado na figura 3.

Figura 3 - Representatividade Econômica dos Produtos Processados

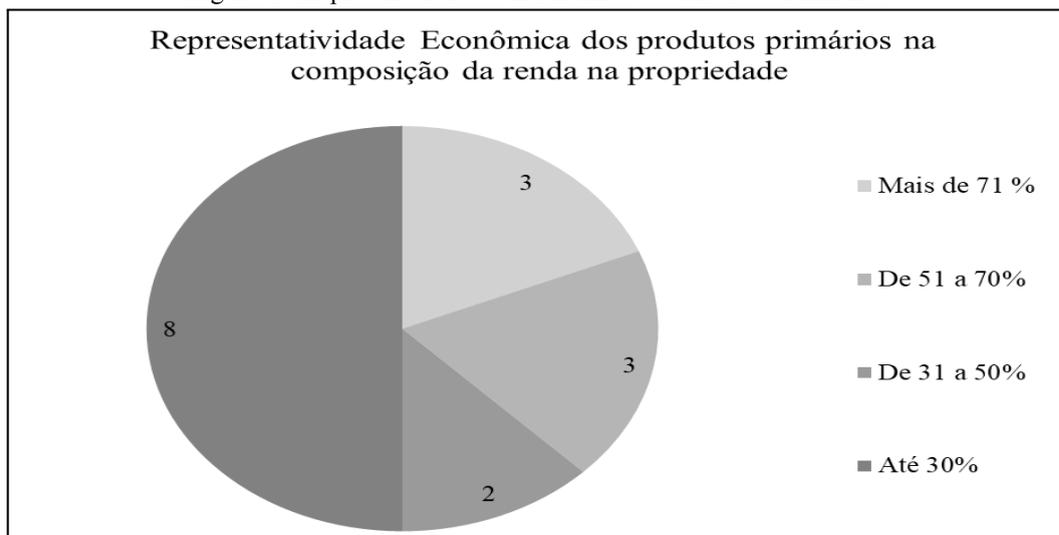


Fonte: Dados da pesquisa do autor (2022)

Portanto, a pesquisa aponta que os produtores têm conhecimento que grande parte de seu faturamento provém principalmente dos produtos processados que comercializam (Grupo 2).

Considerando a representatividade econômica dos produtos agropecuários (Grupo 1: produção primária) no orçamento doméstico das UPF 's, se confirma a menor participação deste Grupo 1 na renda das propriedades, conforme apresenta o gráfico da figura 4 a seguir.

Figura 4 - Representatividade Econômica dos Produtos Primários



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2022)

Conforme a representação acima, dos 16 entrevistados, 8 UPF's afirmam que os produtos primários (Grupo 1), compõem até 30% do valor da renda em sua UPF. Entre 31% e 50% da renda oriunda do Grupo 1, é identificada por apenas 2 UPF's entrevistadas. Já um percentual de renda entre 51% e 70% proveniente da produção primária é percebida por 3 UPF's. Sendo que outras 3 UPF's indicam ter renda familiar superior a 71% originadas apenas da comercialização dos produtos primários (Grupo 1).

Outro fator relevante que foi apontado pela pesquisa se refere quanto à participação dos membros familiares das unidades de produção que realizam algum tipo de processamento, nesse sentido, das 16 UPF's 9 responderam que a responsável pela produção fica a cargo da mãe ou esposa. Em segundo lugar aparecem os filhos, que representam ser os responsáveis pelo processamento em 5 das UPF's com produção agroindustrial. Vale salientar que muitas unidades de produção indicaram simultaneamente a mãe e os filhos como responsáveis das atividades de processamento.

É chave lembrar que a pesquisa oportunizou aos entrevistados selecionarem mais de um responsável envolvido quando há processamento. Sendo computadas no total 35 pessoas envolvidas na produção, entre as 16 UPF's dos entrevistados. Neste sentido, a questão aponta que nas unidades que realizam processamento ocorre o envolvimento principalmente da mãe com algum dos filhos, o que sugere um ambiente favorável à sucessão familiar, ou a indisponibilidade de mão de obra excedente no campo.

#### 4 DIAGNÓSTICO DOS PRODUTORES SOBRE A FORMALIZAÇÃO

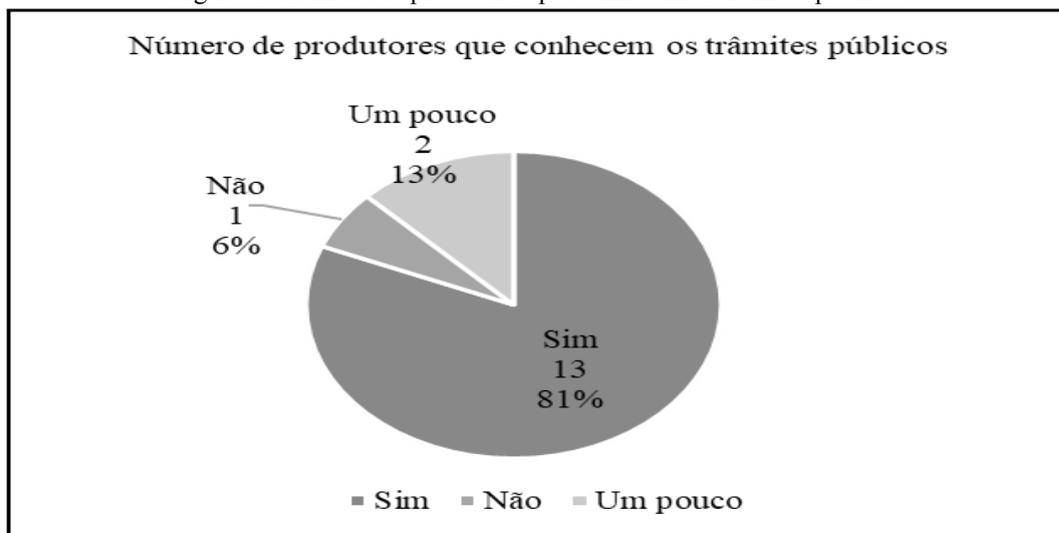
Buscando diagnosticar os fatores mais limitantes para o processo de adesão à industrialização formalizada, apontados segundo os agricultores familiares de Santa Rosa e a partir do pressuposto empírico que motivou o aprofundamento na revisão de literatura, em busca da compreensão do processo de desenvolvimento histórico local e as nuances das esferas de legalização para as agroindústrias, foi elaborado e aplicado um questionário diretamente às UPF's já inclusas no Mercado Público Municipal.

Portanto, foram direcionadas 6 (seis) questões para quantificar o nível de percepção dos produtores quanto aos principais entraves inerentes ao desenvolvimento das atividades agroindustriais, sendo estes já elencados pelos autores Hahn *et. al.* (2017) e Niederle e Wesz (2009), como fatores limitantes no processo de abrangência da agroindustrialização nas pequenas unidades de produção familiar.

Conforme Hahn *et. al.* (2017), as diferentes esferas da legalização dos empreendimentos são: a regularização sanitária, licenciamento ambiental e a regularização fiscal, que devem ser gradativamente contempladas para efetivar impactos positivos na vida dos participantes. Assim, a primeira questão deste conjunto final, buscou enumerar o real conhecimento dos produtores quanto à necessidade de realizar os trâmites para formalização de sua produção junto aos órgãos públicos.

O resultado final representou que 13 dos 16 entrevistados, dizem ter conhecimento sobre os trâmites necessários. Restando 2 respostas, ou seja 12,5%, que alegam ter 'Um pouco' de conhecimento. E apenas um entrevistado admitiu 'Não' ter conhecimento sobre os trâmites necessários junto aos órgãos públicos para encaminhar a formalização necessária.

Figura 4 - Número de produtores que conhecem os trâmites públicos



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2022)

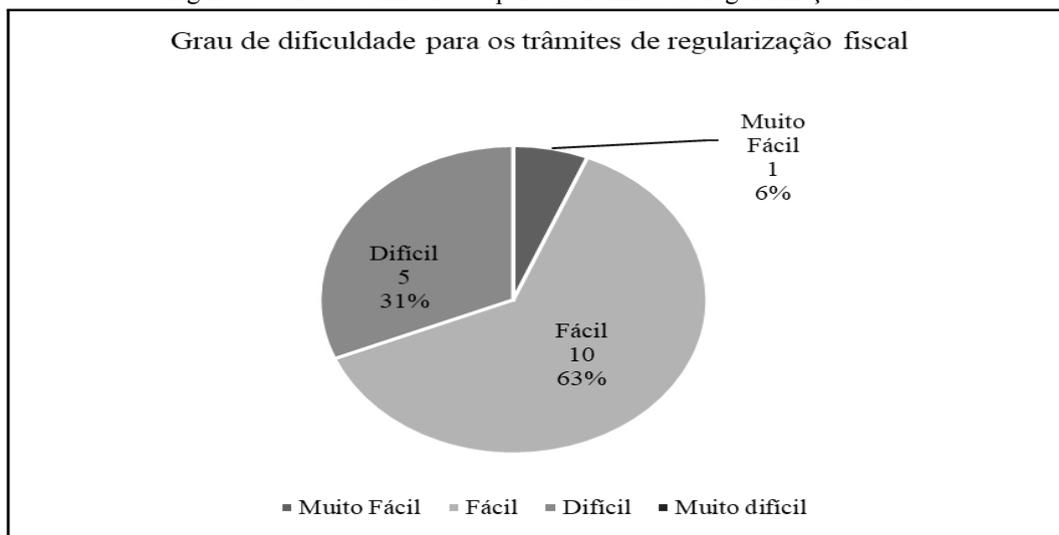
Considerando a percepção sobre o conhecimento dos trâmites junto aos órgãos públicos, se investigou qual o aprofundamento da percepção destes atores, buscando identificar as lacunas que ainda inibem à adesão formal dos empreendimentos ao sistema agroindustrial.

Mediante a premissa dos três principais pilares da regularização formal dos empreendimentos agroindustriais, considerando as premissas fiscais, ambientais e sanitárias conforme Hahn *et al.* (2017), foram efetivadas uma tríade de questões, com a finalidade de medir o grau de dificuldade percebida por cada UPF quanto aos trâmites burocráticos para efetiva legalização formal de suas atividades.

Um destes pilares compreende a adequação das atividades oficiais para emissão de notas fiscais e também, o controle da contabilidade, no sentido de prever e organizar o recolhimento dos devidos impostos. Assim, os produtores foram questionados quanto ao grau de dificuldade percebida referente a essa regularização fiscal. Sendo que 10 entre os 16 entrevistados indicou serem “Fácil” os trâmites de regularização fiscal junto aos órgãos públicos, número que representa 62,5% das UPF’s. No mesmo sentido, 1 UPF declarou ser “Muito fácil” o processo para a regularização fiscal. Enquanto mais de 31% classificou como “Difícil” o processo de regularização fiscal. Dados representados na figura 6.

Como a pesquisa não focou em esclarecer quais as dificuldades específicas consideradas por cada UPF, cabe um estudo posterior ou alguma intervenção para esclarecer dúvidas ou apresentar soluções cabíveis para que cada unidade produtora tenha pleno conhecimento e capacidade para realizar os trâmites fiscais necessários.

Figura 6 - Grau de dificuldade para os trâmites de regularização fiscal

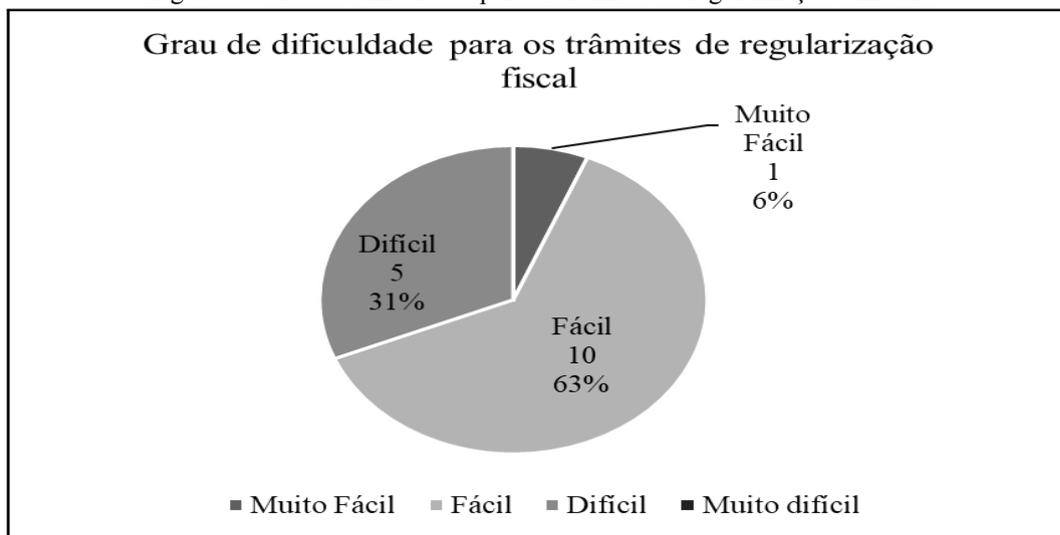


Fonte: Dados da pesquisa do autor (2022)

Outro pilar importante para a completa formalização das Unidades de Produção Familiar - UPF, especialmente aos empreendimentos que realizam qualquer tipo de processamento com alimentos, é contemplar o sistema de produção com os requisitos sanitários estabelecidos pela legislação, conforme regulamentado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999 (BRASIL, 1999).

Portanto, a pesquisa revelou a percepção dos produtores quanto ao grau de dificuldade enfrentada para a regularização sanitária para seus estabelecimentos. Neste sentido, 75% dos 16 produtores apontaram ser “Fácil”, enquanto 6,3% alegou ser “Muito Fácil” a tramitação necessária para a regularização sanitária dos empreendimentos. Entretanto, uma fatia de 18% dos questionados consideram que é “Difícil” o processo de regularização sanitária necessária para a legalização das atividades agroindustriais.

Figura 6 - Grau de dificuldade para os trâmites de regularização sanitária

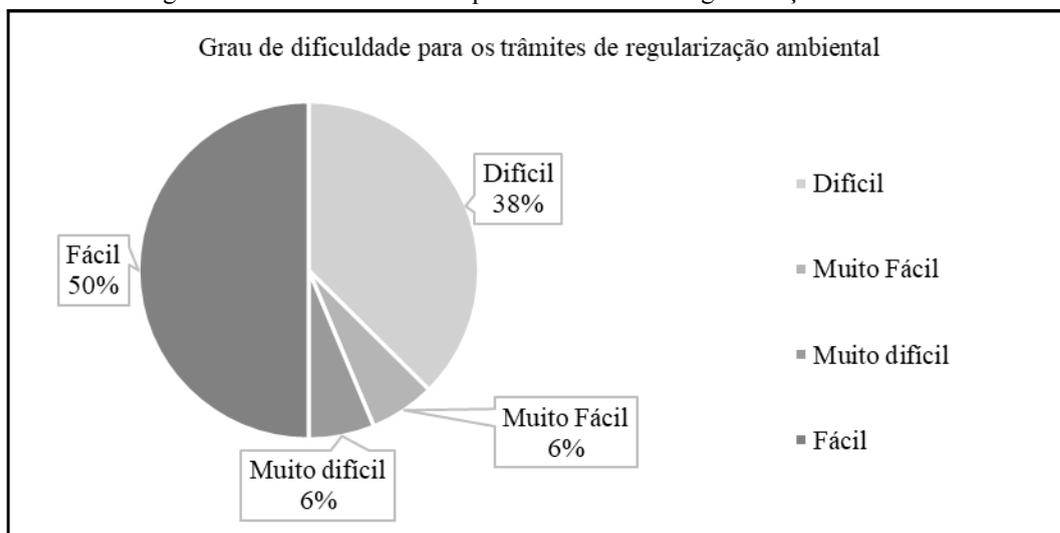


Fonte: Dados da pesquisa do autor (2022)

Para completar a tríade de perguntas, e possibilitar a identificação de qual a maior dificuldade percebida pelos produtores participantes do Mercado Público de Santa Rosa. Estes foram indagados também quanto à regularização ambiental de seus estabelecimentos produtivos.

Foi nessa questão que se identificou a maior divisão de opiniões. Conforme vemos na Figura 8, entre os respondentes mais de 56% consideram “Fácil” (8UPF’s) e “Muito fácil” (1UPF) os trâmites necessários para a regularização ambiental de suas propriedades. Porém, quase 44% das famílias consideram como “Difícil” (6 UPF’s) e ou "Muito difícil” (1UPF) o processo de regularização ambiental.

Figura 8 - Grau de dificuldade para os trâmites de regularização ambiental



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2022)

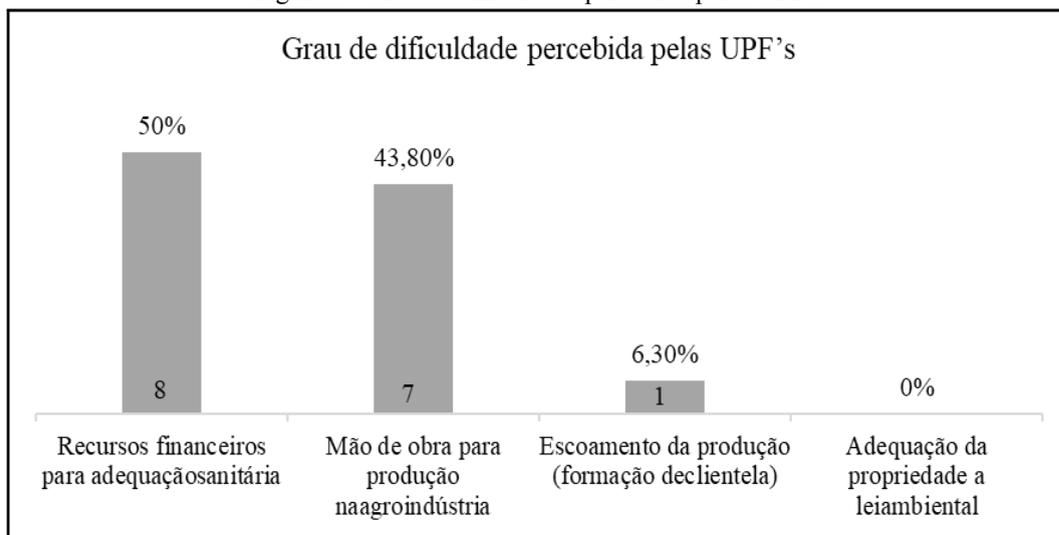
Portanto, perante as exigências ambientais previstas, e o domínio do processo de regularização ambiental, a pesquisa aponta uma grande disparidade entre os produtores. Sendo que os números apresentam uma divisão entre a percepção dos entrevistados.

Além dos fatores legais, imprescindíveis para a formalização das atividades agroindustriais, na questão de número 10 as UPF's foram instigadas a indicar outros entraves observados no desenvolvimento das suas atividades. Sendo apresentadas 4 opções predefinidas: Recursos financeiros para adequação sanitária; mão-de-obra para produção na agroindústria; adequação da propriedade a lei ambiental; e, escoamento da produção (formação de clientela). Tal questionamento fechado foi elaborado com interesse em classificar ordenadamente, entre estas opções, a maior dificuldade percebida pelos produtores. A elaboração desta questão direcionada se deu devido ao conhecimento empírico trazido pelo autor ao longo dos anos de contato com os diversos estabelecimentos, porém considerou-se importante quantificar a opinião destes produtores, e desta forma apresentar dados reais para uma análise.

A partir da indicação dos produtores apresenta-se o cenário representado pela Figura 9, que demonstra dois dos principais problemas enfrentados no campo. Sendo que 8 dos 16 entrevistados, afirmam que os 'recursos financeiros' seriam o fator mais complicado de resolver para o desenvolvimento de suas agroindústrias. Por outro lado, 7 responderam que o fator mais 'Difícil' seria a 'Mão de obra' para o progresso das atividades agroindustriais. Essa diferença representa 1 (uma) UPA na amostra pesquisada.

Cabe registrar que apenas uma resposta apontou a opção do 'Escoamento da produção', também relacionada como formação de clientela, como o fator mais limitante no desenvolvimento de suas atividades agroindustriais. E quando comparado com estas opções já citadas, nenhum estabelecimento considerou a 'Adequação ambiental' como o fator mais relevante na construção do desenvolvimento das atividades agroindustriais.

Figura 9 - Grau de dificuldade percebida pelas UPF's



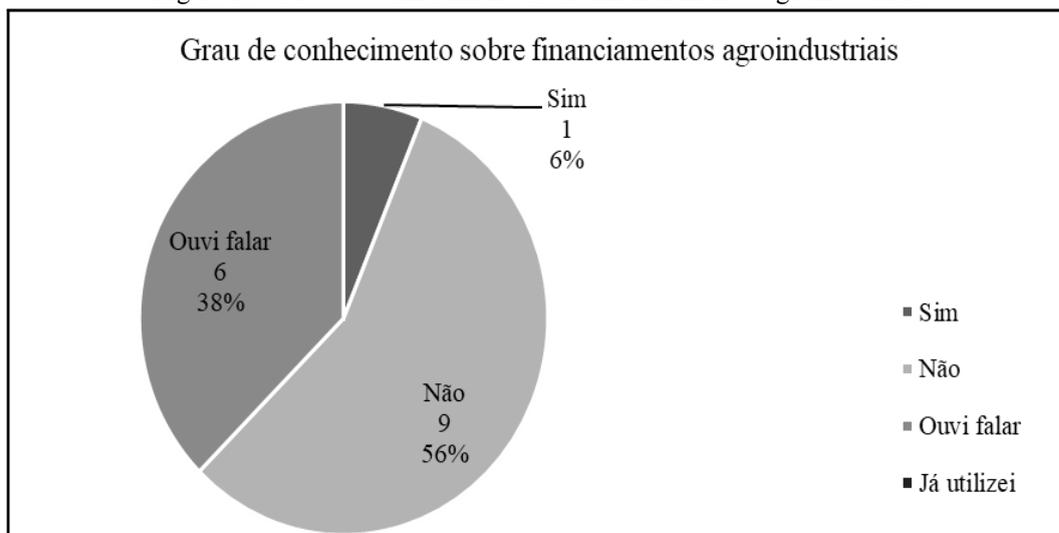
Fonte: Dados da pesquisa do autor (2022)

Apesar de haver certa divisão de opiniões entre os respondentes, podemos elencar as respostas entre si, trazendo à tona a realidade econômico social vivida pelas pessoas do campo, especialmente quando tratamos da agricultura familiar. Como o próprio gráfico acima nos mostra, a falta de recursos econômicos e a falta de mão de obra disponível entre as agroindústrias familiares assola o desenvolvimento das agroindústrias familiares, retraindo seu progresso e desestimulando o surgimento de novos empreendimentos. Essa figura retrata a descapitalização da agricultura familiar, o problema da sucessão familiar e traz fatores que podem justificar em parte o êxodo rural que permanece atingindo o campo.

Na perspectiva de haver oferta de recursos financeiros e políticas públicas de financiamento voltadas ao crédito rural, como uma possibilidade para minimizar de alguma forma qualquer dos fatores mencionados. A pesquisa direcionou uma questão para avaliar o nível de conhecimento dos respondentes quanto à disponibilidade desses financiamentos exclusivos para empreendimentos agroindustriais, com a finalidade de medir o acesso desses produtores às políticas de custeio.

O cenário apresentou que 9 responderam 'Não' ter conhecimento sobre a disponibilidade de recursos financeiros destinados ao investimento agroindustrial. Entretanto, outros 6 confirmaram que já 'ouviram falar' sobre o assunto, mas o fato não representa certeza ou domínio sobre o assunto. Apenas uma resposta indicou saber efetivamente sobre financiamentos agroindustriais para a agricultura familiar. Porém, nenhuma das UPF's confirmou já ter utilizado este recurso para investir no seu sistema de processamento.

Figura 10 - Grau de conhecimento sobre financiamentos agroindustriais



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2022)

Diante disso, se constata que, apesar da maioria dos produtores perceberem que a falta de recursos financeiros são um dos maiores problemas a serem solucionados, para adequar e legalizar seus sistemas de processamento, a grande maioria destes produtores alega não ter informação sobre as formas de obter financiamento **específico** para investir e fomentar as suas atividades agroindustriais. Nesse ponto, a pesquisa revela lacunas quanto à assistência técnica ofertada pelas instituições, como prefeitura, Emater, bancos e cooperativas, com o intuito de esclarecer ao produtor as possibilidades existentes quanto ao acesso ao crédito, quando este seria pertinente e aplicado com viabilidade, com foco em melhorar as condições de desenvolvimento dos produtores na atividade, ressaltando a necessidade de aplicar técnicas de gestão para dar mais eficiência e efetivo retorno às atividades das UPF's.

Considerando que entre as 16 UPF's entrevistados, mais de 80% realizam algum processamento de alimentos para comercialização, sendo que os 19% restantes declararam realizar preparos apenas para consumo da família. Se comparado ao gráfico da representatividade econômica dos produtos processados (Figura 3), ratificamos a informação da importância financeira da renda gerada pela comercialização dos produtos agroindustriais para essas UPF's. É chave salientar que no total 62% das 16 UPF's entrevistadas, declararam que mais de 30% das suas rendas é proveniente da comercialização de produtos processados, fato que reforça a importância da diversificação no campo através dos sistemas agroindustriais familiares.

Apesar de não ser investigado qual a parcela dos entrevistados que já possuem estabelecimentos formalizados legalmente, foi levantado o dado sobre o conhecimento dos produtores referente aos trâmites burocráticos necessários para a legalização dos

estabelecimentos. Desta forma, apenas 1 entrevistado (6%) enfatizou não ter qualquer conhecimento sobre os trâmites necessários junto aos órgãos públicos competentes. Portanto, percebemos que a grande maioria dos produtores, ou já realizou os trâmites necessários ou buscou informações no sentido de encaminhar a formalização para seus estabelecimentos.

Considerando os três pilares legais (fiscal, sanitário e ambiental) apontados por Hahn *et. al.* (2017), inerentes ao processo de formalização. Identificou-se qual o ponto mais complexo, na percepção das UPF's, temos um cenário que aponta os trâmites da regularização sanitária considerada como sendo o mais fácil, em segundo plano os trâmites para regularização fiscal e os trâmites de regularização ambiental são percebidos como o maior grau de dificuldade a ser solucionado.

Entretanto, 50% das UPF's apontaram a falta de recursos financeiros para as adequações sanitárias como o maior entrave para o crescimento de suas produções agroindustriais. Este item justifica o conhecimento dos produtores acerca da regularização sanitária, conforme apontado pela figura 6, pois revela que os agricultores se aprofundaram nesse sentido, buscando algum de orçamento referente aos materiais ou equipamentos necessários para se estruturar e obter a formalização sanitária. Neste quesito encontra-se o maior entrave para as UPF's, pois a reduzida capacidade de investimentos financeiros, acaba afastando muitas famílias do processo de formalização para seus estabelecimentos.

Quanto à questão fiscal, o produtor rural comercializa sua produção através da emissão de nota fiscal do bloco do produtor rural, fornecido pelo Estado. Oficialmente é permitido a comercialização de produtos primários, como soja, milho, trigo, bovinos e suínos entre outros. Para emitir nota de produtos processados o agricultor necessita cadastrar no seu estabelecimento rural uma licença sanitária, referente ao tipo de produto produzido. Portanto, para regularização fiscal das agroindústrias, o primeiro requisito está atrelado a regularização sanitária do estabelecimento.

O segundo fator, considerado o alto grau de dificuldade de resolver, é quanto à mão de obra disponível, este fator converge com a incapacidade de investimentos para a regularização sanitária, pois torna o trabalho mais penoso. Consequentemente, a falta de formalização restringe o acesso a alguns mercados, limitando os canais de venda, agravando a incapacidade de remunerar melhor a mão de obra no campo. Prejudicando a sucessão familiar e resultando no êxodo rural, especialmente dos jovens. Fato também confirmado pela experiência empírica adquirida por relatos realizados por alguns produtores no mercado público de Santa Rosa.

Quando se refere à regularização ambiental, as agroindústrias atendem a diferentes parâmetros, estabelecidos conforme o porte do empreendimento e a avaliação quanto ao grau

de risco associado às atividades executadas (FEPAM, 2022). E quanto à propriedade rural, se submete ao ‘Código Florestal’ Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (BRASIL, 2012), com a finalidade de preservar as áreas de mata ciliar, reserva legal e áreas de preservação permanente. No mesmo sentido, a propriedade deve manter seu Cadastro Ambiental Rural - CAR atualizado, conforme previsto pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012). O município de Santa Rosa apresenta praticamente 100% da área rural cadastrada no CAR, segundo dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR. Desta maneira, não se esperava empecilhos ambientais nas UPF’s, logo não houve pesquisas mais detalhadas. Ainda que nenhum dos entrevistados tenha apontado a ‘Adequação da propriedade à legislação ambiental’ como um fator complexo a solucionar, a percepção quanto ao processo legal de regularização ambiental recebeu o maior número de apontamentos como 'difícil' de solucionar. Portanto, não cabendo espaço para uma investigação minuciosa para identificar os embates encontrados pelas UPF’s para a regularização ambiental dos seus estabelecimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da vivência empírica e da proximidade com agricultores e produtores agroindustriais, contraposta com os saberes adquiridos no serviço público como agente de fiscalização, somado ainda aos conhecimentos embarcados durante a graduação no Bacharelado em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Surge a questão motivadora desta pesquisa: quais são os principais desafios, obstáculos ou deficiências que limitam o desenvolvimento de atividades agroindustriais para diversificação das unidades de produção?

Partindo de uma análise histórica, que relembra a colonização europeia e a trajetória desses povos durante o período de colonização da região Noroeste do Estado do Rio Grande Sul, e conseqüentemente de Santa Rosa, já se identifica uma forte ligação com os processos agroindustriais entre os agricultores. As atividades que iniciam como forma de preparo e reserva de mantimentos pelos produtores, ganham proporções comerciais com capacidade de mudar o modo de vida dos atores locais.

Todavia, empiricamente há conhecimento que muitas Unidades de Produção Familiar - UPF's, mesmo produzindo produtos primários como grãos, vegetais, frutas, legumes, animais, entre outros, também dedicam parte do tempo no processamento de alguns desses alimentos, agregando valor e gerando um novo produto, para consumo familiar e para comercialização. Apesar de muitas das UPF's executarem suas atividades agroindustriais formalmente, tantas outras ainda apresentam demandas a suprir para legalizar tal processamento.

Nesse sentido, a pesquisa diagnosticou quais as percepções destes produtores quanto aos trâmites para adequar o processamento ao sistema de agroindustrialização formalizada. A contribuição de 16 participantes representou um retrato da realidade percebida pelos mesmos.

A partir dos resultados se identificou e se confirmou que a grande maioria faz algum processamento, disponibilizando estes produtos para venda. Não foram investigadas quais e quantas das UPF's entrevistadas são formalmente legalizadas. Se buscou resultados que demonstram a representatividade econômica oriunda da venda dos produtos processados (Grupo 2), frente à venda da produção primária (Grupo 1). Confirmando que a realidade percebida pelas UPF's do Mercado Público de Santa Rosa, condiz com outras pesquisas já publicadas sobre o tema.

Ademais, a pesquisa classifica os elementos considerados os mais difíceis de transpor, quando se trata de medidas legais para formalização das agroindústrias. Uma análise dos dados revela que grande parte dos produtores têm conhecimento sobre os trâmites necessários junto aos órgãos públicos. Porém, há diferentes percepções entre as esferas competentes.

Considerando a legalização ambiental, foi apontada por 44% das UPF's uma dificuldade maior para trâmites de legalização. Em contrapartida, foi apontada pelos produtores uma facilidade quanto aos trâmites para regularização fiscal dos estabelecimentos e sobre a legalização sanitária, que foi considerada por mais de 80% dos entrevistados como grau de facilidade para realização dos trâmites necessários para obtenção de registro legal.

A pesquisa também demonstrou que a escassez de recursos financeiros, para realizar as adequações pertinentes aos estabelecimentos, é o maior obstáculo percebido para desenvolver as atividades agroindustriais formalmente. Em segundo lugar, foi ranqueada a falta de mão de obra disponível para realização dos processos de produção, como fator limitante para o desenvolvimento formal das atividades agroindustriais nas UPF's investigadas.

A partir destes dados podemos concluir que de modo geral o produtor tem conhecimento e sente facilidade em desenrolar os trâmites envolvidos nos processos para legalização. Entretanto, os grandes entraves apontados são o acesso a recursos financeiros para a adequação sanitária e a falta de mão de obra disponível para o processamento.

Considerando uma relação entre esses dois fatores, podemos concluir que a falta de investimentos para adequação e modernização dos sistemas produtivos agroindustriais, pode culminar com os sistemas produtivos de algumas UPF's. Sendo cada vez mais concorrido o acesso aos mercados formais, é imprescindível a formalização legal dos empreendimentos que ainda não tem, para manter uma produção padronizada e atender a demanda dos clientes. Portanto, o aporte de investimentos financeiros é fundamental para o progresso do negócio. Assim como a manutenção da mão de obra, familiar ou de terceiros, é outro fator fundamental para a continuidade das atividades nos estabelecimentos.

Os dados da pesquisa apontam o desconhecimento dos produtores frente aos financiamentos específicos para agroindústrias, revelando que algumas informações ainda não estão chegando e sendo usufruídas pelas UPF's. Cabe uma investigação específica para identificar onde tal informação é perdida ou quais os motivos que levam à baixa adesão aos programas de subsídio financeiros ofertados?

É necessário pensar em movimentos que promovam a capitalização das UPF's, tornando os estabelecimentos autossustentáveis. Sugere-se que as instituições públicas forneçam a assistência necessária às famílias rurais, e desenvolvam políticas públicas, no sentido de auxiliar no desenvolvimento da gestão das propriedades, acreditando ser a forma primordial de preservar os recursos agrícolas nas mãos das pequenas propriedades rurais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017**. Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/03/2017&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=240>>. Acesso em: 16 mai. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília - DF, 25 de maio de 2012. Disponível em: <[2022.http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. Brasília - DF, 17 de outubro de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CABRAL; D. Junta de Higiene Pública Publicado. In.: **Arquivo nacional Mapa, memória da administração pública brasileira**. Última atualização em quarta, 05 de abril de 2017. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/357-junta-de-higiene-publica>>. Acesso em: 16 mai. 2022.

CENCI, A. **Análise do perfil das agroindústrias familiares situadas na região do Condens**. Programa de Pós Graduação Extensão Rural - UFSM. Santa Maria, 2007. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/Anásile\\_das\\_Agroindústrias\\_Familiares\\_da\\_região\\_do\\_CONDENSUS.pdf](http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/Anásile_das_Agroindústrias_Familiares_da_região_do_CONDENSUS.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2022.

CHRISTENSEN, T. N. S. **Santa Rosa histórias e memórias**. Santa Rosa. Palloti, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Idese**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER RS - FEPAM. **O que é licenciamento Ambiental?** Porto Alegre – RS. Disponível em: <[http://www.fepam.rs.gov.br/licenciamento/area4/15\\_pop.asp?id=24&pergunta=O%20que%20%E9%20licenciamento%20Ambiental?](http://www.fepam.rs.gov.br/licenciamento/area4/15_pop.asp?id=24&pergunta=O%20que%20%E9%20licenciamento%20Ambiental?)>. Acesso em: 11 jun. 2022.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.**

Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. Porto Alegre: 2004. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5583/000472644.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 set. 2021.

GERHARDT, T. E.; *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. In.: GERHARDT T. E. e SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 65-89. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>.

Acesso em: 08 out. 2021.

GÜNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?**

Universidade de Brasília. Mai.- Ago. 2006, Vol. 22, n. 2, p. 201-210. Disponível

em:<[https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/3545433/mod\\_resource/content/1/pesquisa%20quali%20quant.pdf](https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/3545433/mod_resource/content/1/pesquisa%20quali%20quant.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2021.

HAHN, C. L. *et al.* **Análise de mercado dos produtos da agroindústria familiar: Estudo de caso do perfil do consumidor e do produtor Santo-Angelense – Rio Grande do Sul – Brasil.** Revista Espacios. Vol. 38, Nº 21, 2017. Pág. 5. Disponível em:

<<https://www.revistaespacios.com/a17v38n21/a17v38n21p05.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2021.

HORTIGRANJEIROS Encontro Estadual de. 33. 2019. Santa Rosa. RS. **Histórico - A história da nossa gente.** Disponível em:

<http://www.hortigranjeiros.com.br/historico-dos-encontros/>. Acesso em: 17 set. 2021.

LOURENZANI, W. L. **Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural.** In: Organizações Rurais & Agroindustriais. Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2006, vol. 8, n. 3, p. 313-322. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87880303>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida.** Redes. Revista do

Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil, vol. 14, núm. 3, 2009, p. 75-102. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056848004.pdf>>. Acesso em: 17 de set. 2021.

ROCHA, P. M. R.; LEISMANN, E. L. **Mapeamento de riscos na agroindústria familiar e possibilidades de sua mitigação.** Revista de Extensão e Estudos Rurais, v. 6, n. 1, p. 63-81,

18 out. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3332/1595>>.

Acesso em: 5 set. 2021.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In.: GERHARDT T. E. e

SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

P.31-43. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>

Acesso em: 07 out. 2021.

THIES, V. F; CONTERATO M. A. **Participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e alterações nas dinâmicas comerciais dos agricultores: o caso da COOPERSOL (Cooperativa Mista Agropecuária e Economia Solidária) de Santa Rosa –RS.** IN: SOBER

-Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Goiânia-GO, 27 a 30 de julho de 2014. Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3906.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

WESZ JUNIOR, V. J; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. **Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil**. Cuadernos de Desarrollo Rural, Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, Colombia, vol. 6, núm. 63, 2009, p. 59-85. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/117/11712705004.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2021.

## **APENDICE A - QUESTIONÁRIO DA PERCEPÇÃO SOBRE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR**

Sua resposta vai ajudar na pesquisa realizada por um estudante do Curso de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Visa contribuir para a melhoria das políticas públicas no setor agroindustrial no município de Santa Rosa e região.

SOLICITO O PREENCHIMENTO DE APENAS UM FORMULÁRIO POR UNIDADE FAMILIAR.

Miguel Strohschoen  
myguel.st@gmail.com

1 Qual o seu município? \*

- Município vizinho de Santa Rosa
- Santa Rosa
- Fora da Região do Grande Santa Rosa

2 Quanto a produção comercial (APENAS PARA A VENDA), o seu estabelecimento produz: \*

Pode marcar mais de uma opção; Marque todas que se aplicam.

- Schmias, geleias, melado...
- Hortaliças, frutas e chás
- Gado de corte (para frigorífico)
- Leite (para indústria)
- Derivados de carne (linguiças, cortes...)
- Farináceos (pães, bolachas, cucas...)
- Polpas e sucos
- Grãos( soja, milho, trigo..) para venda
- Outro:

3 Considerando APENAS as atividades agrícolas, sem contabilizar os produtos processados, a porcentagem de renda da propriedade gira em torno de: \*

- Até 30% da renda da propriedade
- De 31 a 50% da renda da propriedade

- De 51 a 70% da renda da propriedade
- Mais de 71% da renda de propriedade

4 Considerando PRODUTOS PROCESSADOS, qual a porcentagem que estes representam no ORÇAMENTO domiciliar? \*

- Em torno de 30%
- Entre 31% e 50%
- Entre 51% e 70%
- Mais de 71%
- Apenas para consumo familiar

5 Quais os principais RESPONSÁVEIS na produção agroindustrial (PROCESSADOS)?

\*pode marcar mais de um.

- PAI
- MÃE
- AVÔ
- AVÓ
- FILHO
- FILHA
- OUTROS

6 Quanto ao processo para formalização de uma agroindústria, você CONHECE os trâmites junto aos órgãos públicos? \*

- Sim
- Não
- Um pouco

7 Sobre o processo e documentação para regularização FISCAL, (notas e contabilidade). Quanto ao grau de dificuldade, você considera: \*

- MUITO FÁCIL
- FÁCIL
- DIFÍCIL
- MUITO DIFÍCIL

8 Quanto ao processo e documentação para regularização AMBIENTAL, local, destino dos resíduos, etc. Defina o grau de dificuldade que você sente? \*

- MUITO FÁCIL
- FÁCIL
- DIFÍCIL
- MUITO DIFÍCIL

9 Processo de adequação para regularização SANITÁRIA, alvará ou registro, etc. Qual o grau de dificuldade, você atribui? \*

- MUITO FÁCIL
- FÁCIL
- DIFÍCIL
- MUITO DIFÍCIL

10 Na sua percepção diante o desenvolvimento da agroindústria, o que seria O MAIS complicado de resolver? \*

- Recursos financeiros para adequação sanitária
- Mão de obra para produção na agroindústria
- Adequação da propriedade a lei ambiental
- Escoamento da produção (formação de clientela)

11 Tem conhecimento sobre programas de financiamento exclusivos para agroindústrias familiares? \*

- Sim
- Não
- Ouvi falar
- Já utilizei

Deixe nos seu E-mail, para receber uma cópia dos dados, e futuramente o resultado total da pesquisa.

---

MUITO GRATO PELA SUA CONTRIBUIÇÃO!